





Uma margem longe demais

A ponte de Entre-os-Rios caiu há 15 anos e 59 pessoas morreram. O Estado expiou as suas dores, mas há quem ainda espere na raia



o dia 4 de março de 2001, por volta das 21 horas e 10 minutos, o desabamento do quarto pilar da Ponte Hintze Ribeiro provoca a queda parcial da estrutura do tabuleiro da ponte. Um autocarro com 53 pessoas a bordo e três viaturas ligeiras, com seis ocupantes, são atirados para as águas turbulentas do rio Douro. Cinquenta e nove pessoas perdem a vida”.

A descrição é de Pedro Araújo, sociólogo, autor da tese de doutoramento “Um Estado longe de mais. Para uma sociologia com desastres”, premiada como a melhor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no ano letivo 2013/14. O parágrafo descreve a tragédia com o rigor cirúrgico que se exige de um académico. Mas falta dizer tudo o que lá se passou.

TAKE UM: CORTAR A CARNE E CORTAR O TEMPO

Eliana tinha 23 anos. Era dominico e estava em casa com a mãe e a irmã, Adélia, de 14. O pai via o jogo do Benfica na casa de um primo. O irmão, Hélder, motorista de autocarro, tinha ido trabalhar. De repente, a campainha toca. Era um vizinho a avisar que a ponte tinha caído. Eliana sai em busca do pai, que recebe a notícia com uma certeza: “Foi o Hélder”. Passados 15 anos, o quarto do irmão está intacto: a roupa pendurada nos cabides, a agenda com os serviços marcados. Os pais de Eliana dormem todas as noites no quarto do filho, desde a primeira em que Hélder faltou.

TAKE DOIS: CORTAR FUNDO

Augusto ouviu que a ponte Hintze Ribeiro caíra no fim do jogo do Benfica. Não se lembrou da mãe ou do irmão, que tinham saído numa excursão para ver as amendoeiras em flor em Foz Coa. Não conseguiu pregar

olho. Agarrou-se ao telemóvel. Mudo. Chefe da PSP, habituado a lidar com o pior, não conseguiu ir a Entre-os-Rios no dia a seguir à derrocada. E quando Jorge Sampaio, em visita ao local, pediu ao seu tio que se calasse, agarrou-se a uma missão: “A tragédia não vai ficar em vão”. Durante muito tempo reuniu-se em casa da mãe com familiares e amigos para rezar o terço, até que o grupo começou a diminuir. Quando a carteira da mãe apareceu em Espanha, decidiu queimá-la e as cinzas foram espalhadas na campa do pai. E Augusto fez uma escolha: “O corpo já não aparece, vamos retomar a vida”. Mas, por segurança, a arma de serviço continua guardada.

TAKE TRÊS: PRENDER A RESPIRAÇÃO

Chovia muito e Ilda estava na cama, às onze da noite, quando a cunhada a veio avisar da queda da ponte. Percebeu logo que as notícias eram escuras como o tempo lá fora. Nunca mais parou de chorar. Nem dormiu descansada. Foi para a beira-rio e voltou vazia como lá chegara. Perdeu nove familiares e tem hoje a idade que tinha a mãe quando morreu, 65 anos. “Está cada vez pior, acordo assustada, falta-me o ar. De dia, vivo, mas a noite dá-me medo”, desabafa. A casa da mãe lá está, abandonada: “Para mim, eles ainda iam voltar”.

TAKE QUATRO: SOLTAR O CHORO

Jorge Coelho jantava no Bairro Alto, em Lisboa, a 330 quilómetros de Entre-os-Rios, quando a notícia explodiu no telemóvel. Percebeu que

aquela ia ser uma noite ímpar. Correu para o Ministério do Equipamento Social a dar as primeiras indicações e, durante a madrugada, demitiu-se. “É dos tais momentos em que temos de nos encontrar connosco mesmos”, disse numa entrevista, 14 anos depois. E reconheceu: “O Estado falhou porque as pontes não são para cair”.

TAKE CINCO: PROCURAR UM NOIVO PARA A CULPA

Passados quinze anos, em Entre-os-Rios não se aponta o dedo a Deus. Ele dá colo. Ali, o dedo dos familiares das vítimas continua apontado ao Estado, o outro pai provedor das comunidades esquecidas. Depois de tanto tempo, aquele é um local estranho: conjuga fé com descrença. E a mágoa daquela gente com a tragédia foi tal que chegaram a acreditar poder mover o rio. Elaboraram uma proposta para desviar o curso da água: afastando-a da terra e dos olhos de quem perdera tanto. O rio era um excesso de presença para aquela gente.

Augusto perdeu a mãe, de 64 anos, e um irmão, de 39. Eliana perdeu o irmão. Ilda perdeu a mãe, o irmão e sete primos. O número final de vítimas só foi fixado a 12 de março, mais de uma semana após a derrocada. Oito dias de *suspense* insustentável. A queda parcial do tabuleiro da Hintze Ribeiro foi um acontecimento de exceção que manchou a tomada de posse do segundo mandato de Jorge Sampaio na Presidência da República, apenas cinco dias após a tragédia.

E impregnou o discurso, como Pedro Araújo, citando Jorge Sampaio, sublinha na tese: “Nas sociedades modernas, a segurança tem de ser encarada como uma dimensão da cidadania”. Não foi preciso nomear Entre-os-Rios: a sombra das mortes pairava no país.

Na capa da tese, uma série de monstros marinhos cerca um minúsculo peixe. O desenho foi feito pelo filho de Pedro Araújo, mas ilustra bem um trabalho complexo, que tenta perceber quando começa a mexer a máquina do esquecimento. Um trabalho sobre a memória e a perda dela e que serve de guia ao retorno a Entre-os-Rios. Uma certeza como ponto de partida: “O regresso à normalidade na sequência de um desastre como aquele é uma ficção”.

Mas o pior, explica o investigador, nem é o esquecimento, mas o mutismo provocado porque “o tempo do quase silêncio do pós-desastre é marcado não pelo esquecimento, mas pelo silenciamento”. Um tempo em que “se assiste à gradual despolitização do sofrimento e da morte”. Fruto de um Estado que “assumiu a necessidade de adotar uma nova estratégia para reabilitar o laço Estado-cidadão. Uma estratégia toda ela alicerçada sobre os destroços de uma velha ponte. Uma nova estratégia na qual se joga a velha legitimidade do Estado”. Estado e cidadãos frente a frente, mas com uma ponte ruída a separá-los.

E quando o imprevisto chega, há que encontrar uma forma de o enfrentar: “O colapso da Hintze Ribeiro, ao refletir-se negativamente no Estado, mina a sua legitimidade e impele o Governo de António Guterres à adição de uma série de procedimentos destinados a repor essa legitimidade”. Instala-se um Estado de exceção. “O estado de emergência não constitui, no caso de Entre-os-Rios, nem um ato jurídico nem um estado de facto, representa antes um momento moral e político cuja legitimidade assenta no consenso perante uma situação excepcional que demanda uma obrigação em oferecer uma reparação



TEXTO **CHRISTIANA MARTINS**
FOTOGRAFIAS **RUI DUARTE SILVA**



GUARDIÃO O Anjo de Portugal vela há 13 anos pelas vítimas de Entre-os-Rios

“O regresso à normalidade é impossível, sobretudo quando 36 corpos continuam desaparecidos. Quinze anos não é tempo suficiente”
Pedro Araújo

“E o Governo mobilizou-se para expiar a culpa do Estado. Ao invés de responsabilidade, dever, direitos e reparação, o que surge é culpa, obrigação e expiação”

Pedro Araújo



MOMENTOS Ana Leonor foi a primeira criança a nascer depois da tragédia. Herdou o nome da avó, que nunca conheceu. Eliana perdeu o irmão, o motorista do autocarro com 53 pessoas. Todas as semanas a família acende uma vela no memorial



excepcional, que demanda expiação”. A instituição, distante, tem então de esforçar-se por parecer humana.

“A situação exigia que os representantes políticos — e o chefe do Governo — se tornassem permeáveis à emoção, aos afetos e aos valores, aos sentimentos morais inerentes ao desastre. A situação exigia que se tornassem, em suma, mais humanos perante essa irrupção da humanidade. A situação exigia compaixão e expiação”, afirma Pedro Araújo na tese. Mas o sociólogo avisa que “o Estado de indiferença, o Estado anónimo e impessoal, voltará mais tarde — em Castelo de Paiva, certamente — com a gradual despolitização do sofrimento e da morte, a exaustão da exceção e o fim/incumprimento das promessas para o território, gradualmente esvaziadas de firmeza pelos sucessivos ciclos eleitorais”.

Uma semana após a queda da ponte, António Guterres volta a pisar o solo lamacento de Entre-os-Rios. Vai assistir à missa de sétimo dia dos mortos e encarrega o então presidente da Câmara, Paulo Teixeira, de apresentar uma lista das necessidades do concelho, até às 11 horas do dia seguinte. A resposta cumpriu o prazo: foram solicitadas mais de 55 obras. Em 23 dias, o concelho foi visitado por 19 governantes. E, com o tempo da urgência, construíram-se uma variante rodoviária, uma biblioteca municipal, uma escola, duas pontes e algumas obras na Câmara.

Mas a cobrança pelos prejuízos da interioridade é um negócio antigo. Dois anos antes, em 1999, Paulo Teixeira atirara à comunicação social: “Esperamos que não seja necessária uma tragédia para que se construa uma nova ponte”. Os alertas sobre os efeitos da retirada contínua de areia do leito do Douro, provocando erosão das margens, tinham sido alvo de notícias repetidas em anos anteriores. A 9 de janeiro de 2001, a população manifesta-se contra o mau estado da infraestrutura, reivindicando melhores acessos. Pedro Araújo não hesita: “O colapso da ponte resultou de um ato humano — ou do acumular de atos

humanos ou do acumular de uma ausência de atos humanos — e não de um ato de Deus”. Como a população sabe, Ele não é para aqui chamado. No próprio dia da queda da ponte é criada uma comissão de inquérito ministerial por despacho do ainda ministro Jorge Coelho, com a missão de apurar as causas do acidente e identificar as medidas preventivas a tomar. A abertura de uma comissão de inquérito parlamentar demoraria quatro dias. As investigações pelos culpados avançavam.

Jorge Sampaio não tarda a ir a Entre-os-Rios. Dez anos mais tarde, recordaria a tensão do momento: “Nunca mais me posso esquecer do que foi o sofrimento, a gravidade das coisas, a tristeza, um povo inteiro junto ao rio e o rio a passar com uma velocidade extraordinária”.

O primeiro corpo demorou um dia a aparecer, o segundo surgiria três dias depois, na Galiza, a mais de 250 quilómetros de Castelo de Paiva. Nesta região de Espanha acabariam por ser encontrados sete corpos. Em Portugal, durante as buscas, com autorização da Marinha, alguns familiares das vítimas seguem com as equipas de resgate nos botes a procurar corpos nas margens do Douro. Uma morgue foi improvisada num armazém junto ao rio, transferida depois para o Pavilhão Gimnodesportivo de Castelo de Paiva. O último corpo só é encontrado a 22 de maio, ou seja, 79 dias após a queda da ponte. Foram precisas 1896 horas de espera.

E 36 corpos nunca apareceram. Dias, meses e anos a mais para quem continua a esperar por um regresso.

Cinco dias após a queda da ponte, uma resolução do Conselho de Ministros assume a situação de exceção ao reconhecer ao Estado a iniciativa pelo processo indemnizatório dos familiares das vítimas e o reconhecimento da responsabilidade pela tragédia. Foi, como lhe chamou Pedro Araújo, “um momento de desordem entre o Estado-perpetrador e o Estado-protetor”. No total, foram pagos a título de indemnização aos herdeiros das vítimas da queda da Ponte Hintze Ribeiro cinco milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e setenta e um euros e três cêntimos, repartidos por 47 processos. E, ao receber o dinheiro, os indemnizados assinaram um documento de quitação, declarando que “com o recebimento da referida quantia [o assinante] se considera completamente ressarcido de todos os danos sofridos, nada mais pretendendo do Estado Português, dando por tal a correspondente quitação”. O silêncio tem o seu preço.

Uma comissão parlamentar de inquérito conclui, ainda em 2001, que a causa da queda da ponte foi “a descida do leito do rio na zona do quarto pilar”, relacionada com as “atividades de extração de inertes”. Os de- dos acusadores viram-se para os areiros. Seis técnicos foram levados a julgamento por responsabilidades na conservação da ponte, acusados pelo Ministério Público de negligência e violação de regras técnicas. E, em outubro de 2006, foram todos absolvidos pelo Tribunal de Castelo de Paiva. Não houve culpados. Nenhum detentor de cargo político foi acusado. A culpa ficou virgem em Entre-os-Rios.

As indemnizações foram de 50 mil euros a todos os herdeiros pela perda de vida e sofrimento da vítima, a que se somaram valores entre os dez e os 20 mil euros, dependendo do grau de parentesco. A polémica volta a estalar quando os 250 familiares das vítimas constituídos assistentes no processo foram chamados a fazer face a 57 mil euros de custas judiciais, valor que acaba por ser avançado pelo Estado, através de um adicional indemnizatório. “Não fez mais do que a sua obrigação por ter sido negligente”, atira Augusto Moreira, hoje presidente da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios. Afinal, as contas não estão saldadas.

Mas há formas distintas de lidar com as vítimas de tragédias coletivas. Um trabalho comparativo de Pedro Araújo e do seu orientador, José Manuel Mendes, mostra que em França foi criado um protocolo específico para o acompanhamento de vítimas de catástrofes, acidentes ou terrorismo, incorporando um magistrado, representantes do Ministério da Justiça e da Saúde, a Federação de Vítimas, associações de vítimas e o Instituto Nacional para o Apoio à Vítima. Para cada caso é criado um comité específico. Em Portugal, explicam, nada unifica ou institucionaliza a atuação do Estado. Não há nenhum mecanismo de apoio e acompanhamento a longo prazo. “É tudo casuístico”, afirma José Manuel Mendes.

Houve ganhos, contudo. “Existir um julgamento já foi inédito. Não esperávamos condenações, mas, para o que era habitual em Portugal, o julgamento foi uma grande vitória, apesar de não termos chegado ao patamar que que pretendíamos: o político”, afirma Augusto Moreira. E vai mais longe, reivindicando a sua quota de participação na prisão de José Sócrates: “Acho mesmo que o facto de um ex-primeiro-ministro ter estado preso também é consequência de Entre-os-Rios. A Justiça passou a ter a consciência de que tinha

PURANOX[®]

ANTI-RESSONAR



- Melhora a qualidade do sono
- Fácil aplicação
- Alívio imediato e de longa duração

CLINICAMENTE TESTADO

100% de extratos naturais

Não contém derivados de origem animal, hormonas ou conservantes

O sistema de spray PuraNox[®], descongestiona e facilita a passagem do ar na garganta, reduzindo as vibrações do tecido mole da parte posterior da garganta, através do endurecimento e lubrificação destes tecidos durante a noite. O produto PuraNox[®] é um Dispositivo Médico. Ler atentamente as informações constantes na embalagem. Em caso de dúvida consulte o seu médico ou farmacêutico.

“Por muito que nos doa, tudo passa e se esquece. Entre-os-Rios foi muito falado, mas vai ficar na memória apenas de quem perdeu lá alguém... De resto, já acabou...”

Familiar de vítima

de chegar aos políticos. Conosco não conseguiu, mas percebeu que teria de lá chegar”.

Como explicam Pedro Araújo e José Manuel Mendes, “com o colapso da ponte Hintze Ribeiro, os familiares aprenderam a ser cidadãos, portadores de um capital moral passível de lhes conferir mais legitimidade e poder. Apresentam-se como parceiros em relação a um Governo que os havia ignorado até à tragédia”. E, assim, “o evento teve como efeito a anulação da distância ao poder, invertendo momentaneamente o equilíbrio de poder e conferindo aos políticos locais uma ‘ascendência’ sem precedentes sobre o seu próprio destino”. Mas, como todos os réus no processo foram absolvidos e só os técnicos foram formalmente acusados pelo Ministério Público, revelou-se “a invulnerabilidade do poder político em Portugal”.

A INVEJA RACHA A RAIVA

Quando uma ponte cai, há quem se afogue e quem fique a ver. A gestão desta relação com os mais próximos foi tão dura como a batalha com os poderes instituídos. “Não foi fácil lidar com a comunidade”, desabafa Augusto Moreira. A inveja pelo valor das indemnizações dividiu as pessoas entre os que perderam (familiares) e ganharam (dinheiro) e aqueles que ficaram de mãos cheias (de familiares) e bolsos vazios (de dinheiro).

Parte das indemnizações foi aplicada na criação de um projeto social. E, individualmente, houve quem não tocasse no dinheiro, como o pai de Eliana. “Está lá, separado”. Ele que nem o queria receber. “Aquele dinheiro foi sempre incómodo, para nós e para a comunidade”, assume hoje Augusto Moreira. Os familiares contam agora que, na altura, houve quem lhes atirasse: “Se o meu pai tivesse morrido, também tinha recebido”. “Como se o dinheiro pagasse, sarasse. Sempre tivemos mais apoio externo do que interno”, desabafa Eliana.

O tempo passa e é preciso encontrar respostas para as perguntas que continuam a sobrar. Por isso, em

2003, um enorme anjo dourado subiu às margens do rio chamado Douro. De asas abertas e pés presos ao chão. A inauguração do monumento em honra das vítimas contou com a presença de Manuela Ferreira Leite, então ministra das Finanças. Designado por Anjo de Portugal, tem 20 metros de betão e bronze e custou 800 mil euros, pagos pelo Instituto de Estradas. Na base do pedestal, as fotografias dos mortos, corroídas pelo tempo e pela humidade.

“É inegável que, enquanto concelho, Castelo de Paiva ficou marcado pelo acontecimento. Mas as pessoas que perderam alguém nesse tragicamente redentor 4 de março ficaram marcadas diferentemente. Muitas estão marcadas pelo acontecimento em si e outras pela ausência de corpos que torna impossível, não direi encerrar o luto, porque duvido que isso seja possível, mas simplesmente realizar os rituais associados ao luto. Outras, finalmente, estão marcadas pela impunidade que veio confirmar a sua ausência de poder”, arrasa Pedro Araújo no trabalho académico.

Mas é possível ser-se ainda mais duro: “Se os desastres têm por efeito anular a distância ao poder, a longo prazo o colapso da ponte não alterou a geografia do país e muito menos a sua geografia política. O concelho de Castelo de Paiva sofreu, por assim dizer, uma operação de cosmética, consentânea com as políticas de expiação levadas a cabo pelo Governo na sequência da queda da ponte, que não alteraram a sua dinâmica”.

Quem não morreu seguiu com a vida como pôde. A associação dos familiares das vítimas constituiu-se como uma IPSS e presta apoio a jovens em risco. Não atende às famílias das vítimas, tenta intervir junto de outras vítimas, em nada associadas à queda da ponte. Não há nenhum local onde hoje se reúnam. Nenhum ritual de ligação à perda se manteve, além da missa que todos os anos se celebra em nome das vítimas, a 4 de março, e da colocação de uma coroa de flores no monumento. Lançam-se flores ao rio. Na próxima semana,

o ritual repetir-se-á. Às reuniões em que chegaram a estar cerca de 200 pessoas, hoje não vão mais de 20. “A maioria dos familiares prefere não falar do que aconteceu. Para todas as pessoas públicas que passaram por aqui, Entre-os-Rios foi um trampo-lim. Para os familiares foi um abandono”, descarrega Augusto Moreira.

Eliana não saiu da casa dos pais — “o Hélder ainda está lá”. Adotou dois gémeos guineenses e comprou casa própria, que não ocupa. Nunca mais fez praia de rio, ainda sofre ataques de pânico quando está a conduzir. Augusto é presidente da associação dos familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios, não baixa os braços, mas reconhece que não sabe quem o substituirá. Ilda já não vai todos os dias ao monumento, mas diz que a cada dia piora a sensação de perda. São o passado. Não passam dali.

Mas há quem seja futuro. Ana Leonor foi a primeira criança a nascer na freguesia de Raiva depois da tragédia. A mãe estava grávida quando tudo aconteceu. Teve de ser vigiada e quando sofreu um sangramento e precisou de ser levada de urgência para o hospital, não havia ponte. Passaram o rio num batelão. “A minha filha é o símbolo do ciclo natural da vida. Depois da morte da minha mãe e do meu irmão, surgiu algo novo, algo que todos nós procurávamos”, desabafa Augusto Moreira.

Ana Leonor de nada se recorda. Nada daquilo a parece magoar. Jorge o irmão, tinha nove anos na altura, era muito ligado à avó. Era e é. Ainda sente o sabor doce do sumo de maracujá que ela fazia. “Querida saber como ela era. Herdei-lhe o nome: Leonor. Gosto de ter o mesmo nome que ela”, sussurra a adolescente entre sorrisos nervosos.

E há ainda o rapaz que nunca saiu da raia do rio. Que culpa a família por não ter conseguido recuperar o tio, “um herói”. Com o ressentimento, vira-se fisicamente contra os pais. Isola-se nos computadores e já teve de ser internado. Tinha sete anos quando tudo aconteceu, ficou sempre de olhos pregados nos adultos,

envolvidos com as suas perdas, sem reparar nas dores alheias.

Agora há duas pontes sobre o rio. Mas houve um tempo em que não havia nenhuma. Talvez aquela tenha sido a altura em que Entre-os-Rios tenha estado mais próxima do país. A primeira foi inaugurada um ano e dois meses depois da tragédia. Em 2004, nova travessia do Douro — sem corte de fitas. Mas ainda há quem, ao passar sobre as pontes, sinta necessidade de se benzer. Quando a confiança escasseia, a fé cresce.

“Tenho a certeza de que algo como Entre-os-Rios não voltará a acontecer. O Estado aprendeu. Durante a crise houve uma tentativa de aproximação às vítimas, mas a configuração do Estado português não permitiu ir mais longe e, quando as pessoas começaram a interpelar, foi preciso sair rapidamente da cena da crise e as vítimas perderam o estatuto de exceção. Daqui para a frente, tudo será resolvido caso a caso. O Estado profissionalizou-se”, conclui o sociólogo José Manuel Mendes.

Passados 15 anos, a Câmara Municipal de Castelo de Paiva não vai assinalar a data. Jorge Coelho, o ministro responsável pelas infraestruturas do país na altura, foi convidado a estar presente na cerimónia realizada pela Associação dos Familiares das Vítimas. Nunca foi àquela margem. Ficou para a história como o único responsável político a demitir-se na sequência da queda da ponte. Foi dele a promessa de que a “culpa não iria morrer solteira”. Já agradeceu, mas ainda não é desta.

ÚLTIMA CENA.

No interior do país, no alto da encruzilhada, um anjo dourado observa o leito do rio. Nada pode ver, é uma estátua. O país já não olha, passa rápido ao lado na estrada de alcatrão. Quinze anos depois do estrondo, o que está no fundo do Douro? Alguém? 36 fantasmas? Um ministro? Português? Areia.

FIM ●

cmartins@expresso.impresa.pt